

O futebol como fator de mobilização: a identificação clubística e o engajamento político-eleitoral

Thiago Moreira da Silva*

Universidade de Brasília

Introdução

Normalmente, a discussão entre futebol e política nas ciências sociais aparece encurralada por duas barreiras: de um lado, por um marxismo ortodoxo que vê no esporte uma forma de alienação social; de outro, por uma certa tradição de investigação sociológica que atribui ao campo um afastamento de práticas que supostamente seriam de maior interesse. A Teoria Crítica do Esporte, alcunha do movimento surgido na escola de Frankfurt em meados dos anos 1960, confere a tais práticas tendências similares à esfera do trabalho - tais como o rendimento, a burocratização e a racionalização – e pressupostos caros ao imaginário burguês – eficiência, ascensão social, individualismo -, dinâmicas que serviriam de pastiche para o aparelho ideológico do Estado (VAZ, 2006). Além dos obstáculos infligidos pelos preceitos marxistas, como se num exercício de soma zero, um catálogo de pesquisas mais afeito aos aspectos “sérios” e “racionais” da vida terminou por distanciar as emoções, o divertimento, o prazer e as demais atividades sem valor econômico do escopo de pesquisa (ELIAS & DUNNING, 1995).

* Doutorando em Ciência Política da Universidade de Brasília

O objetivo do presente artigo é, portanto, mostrar o reducionismo de ambos os modelos de interpretação. Para tanto, evidencia-se a relação próxima entre o jogo político-eleitoral e o ambiente futebolístico, a fim de esclarecer que a socialização desenvolvida em torno do esporte pode funcionar como um fator de engajamento e mobilização social. Nas linhas que se seguem serão explicitados alguns aspectos da atuação política de lideranças que, na cidade do Rio de Janeiro, durante o quadriênio situado entre 2008 e 2012, fizeram uso da reconversão de um passado ligado ao esporte em campanhas que apelam para o imaginário clubístico; ou melhor, dos artífices da chamada *bancada da bola* – termo que designa o comportamento suprapartidário de parlamentares que operam com os códigos que dotam as agremiações ligadas ao desporto de qualidades peculiares. Examina-se, ainda, o suporte dado pelas torcidas organizadas de futebol a esses representantes. Dada a natureza do assunto proposto, adota-se como fontes privilegiadas a observação de atividades legislativas, informações fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), matérias veiculadas na mídia e entrevistas com base no método da História Oral. Dentre os itens relevantes, também podem ser citadas as estratégias eleitorais, o cadastro e o atendimento aos eleitores, a consulta de peças de divulgação de campanha, os projetos de lei, os mapas de votação, a participação em comissões e a disciplina partidária.

A narrativa elaborada se divide em três seções. Na primeira, à guisa de preâmbulo, são ressaltadas as evidências dessa representação, a forma como os candidatos edificam suas campanhas. Discute-se, então, as noções de *proximidade* e *distância* que norteiam a interface dos postulantes a vereador com os eleitores. As torcidas organizadas, em virtude do apoio oficial que legitima as candidaturas em voga, aparecem na seção seguinte. Neste momento, enuncia-se as estratégias dos torcedores para amealhar as benesses oferecidas por políticos profissionais. Os cálculos do intercâmbio das duas partes são expostos de maneira detida, matizando possíveis

entendimentos relativos à compra de votos e ao automatismo das trocas. Finalmente, retoma-se algumas questões que orientaram a realização desta pesquisa, com o propósito de avaliar as principais ideias discutidas e as prováveis contribuições do estudo aqui apresentado.

1. Slogans e panfletos: investindo na identificação

As campanhas eleitorais se situam como momentos propícios para o entendimento e análise desse tipo de representação. Afinal, no decurso dos eventos que se sucedem aparece realçada a disposição de lugares sociais, o sistema de crenças corrente, as diversas visões de mundo, os embates e as oposições subjacentes ao jogo de poder. Neste período em particular, descortinam-se o caráter conflitivo da sociedade e uma pluralidade de imagens e discursos, cujo valor intrínseco reside na diferenciação da composição dos estratos sociais.

Assim sendo, o domínio da representação transparece a natureza da política e sua força enquanto espaço legitimado de ação dos indivíduos, manifestando significados presentes no cotidiano que antecedem e, sobretudo, transcendem os resultados indicados pela votação dos pleitos. Pautado por divergências de ordem simbólica - em razão das disputas voltadas para a construção de identidades e, conseqüentemente, de reconhecimento dos investimentos propostos -, o prenúncio da atividade legislativa anuncia um mercado mais ou menos extenso de opções, seja de manutenção ou renovação do espectro político (BARREIRA, 1998: 19). Os ritos de campanha, abalizados, portanto, por um estatuto cronológico bem definido e pela padronização da conduta daqueles que almejam os postos em disputa, incidem de maneiras distintas sobre a percepção dos atores que a eles estão sujeitos. Isto é, eleitores e candidatos são submetidos a estímulos antitéticos que, normalmente, tendem a aproximá-los.

Essa época de irrupção da política no panorama público é o que Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2006) chamam de *tempo da política*. A fase que precede as eleições aparece no imaginário social vinculada a alterações no sentido das relações de sociabilidade, posto que, diante da ocasião, os políticos se fazem presentes e, ao fazê-lo, interferem no catálogo das práticas costumeiras, agrupando os indivíduos segundo critérios diversos daqueles existentes e sentidos habitualmente. A delimitação de um período restrito justifica-se pelo suposto de divisão inerente à disputa, quando se torna necessária a interrupção do cotidiano e a demarcação de clivagens com o objetivo de organização da sociedade.

Por outro lado, a ideia de “externalidade” da política, de uma posição assimétrica constantemente avaliada, reforça, segundo os autores, o risco provocado pela carreira. Na etapa da campanha eleitoral, tendo em vista a aproximação dos pleitos, os políticos assistem a uma progressiva perda da identidade e do prestígio que seu cargo lhes confere. Isso se dá porque os acessos, ou seja, a possibilidade de alcançar bens de certo modo intangíveis para a maior parte da população, prerrogativas da função e requisito básico de distinção dos legisladores, dependem justamente de sua votação e da (re)incorporação de seus poderes (KUSCHNIR, 2007).

Ademais, a dependência do eleitorado força os candidatos a ocuparem um lugar de representante de um determinado grupo, compartilhando os valores e premissas características da coletividade imaginada. No caso das eleições, os chamados santinhos oferecem um exemplo importante dessa construção:

PATRÍCIA AMORIM

- Candidata a vereador pelo PMDB.

“Construindo o futuro através do esporte”.

*Ex-atleta de natação do Flamengo na década de 1980 e ex-presidente do clube.

GONÇALVES

- Candidato a vereador pelo Democratas (DEM).

“Em defesa do esporte”.

*Ex-jogador do Botafogo. Campeão brasileiro de futebol com o clube em 1995.

ROBERTO MONTEIRO

- Candidato a vereador pelo PCdoB.

“Um vascaíno em defesa do Rio”.

*Ex-presidente da torcida organizada Força Jovem do Vasco (FJV), atual candidato à presidência do clube.

Conquanto os atores tenham biografias diferentes e se identifiquem, de modo mais ou menos profundo, com instituições variadas, a edificação de suas representações, isto é, a forma com que procuram afirmação na esfera eleitoral, mira dois alvos convergentes: o esporte como tema preferencial de debate e a exaltação de um pertencimento clubístico. Segundo Damo (2007), o último elemento fundamenta a sociabilidade concernente ao universo futebolístico, referido pelo autor como um “sentimento que amalgama os torcedores a seus clubes, caracterizando tal modalidade de vínculo como única e imutável” (DAMO, 2007:51).

Nesse ponto, o investimento na identificação com determinado clube de futebol acresce às lideranças um novo valor, somado à força e legitimidade das organizações partidárias e dos atributos pessoais. Não à toa, nota-se na exposição proposta pelos concorrentes um direcionamento discriminado, tais como saudações aos “vascaínos”. Destarte, essas interpelações chamam a atenção para possibilidades de identificação pautadas pela lógica do entusiasmo e filiação a algo alheio à esfera política, relegando a segundo plano suas instituições oficiais – no caso, as agremiações partidárias.

Por outro lado, a disposição dos panos de fundo, traçada nos folhetos, realça os símbolos e a iconografia ligada ao imaginário dos aficionados. Geralmente, as figuras escolhidas para estampar os materiais de campanha apresentam os candidatos atrelados a ídolos de futebol, às cores dos times ou fazem referência a episódios esportivos percebidos como relevantes pelos torcedores.

A apresentação de Roberto Monteiro, por exemplo, coloca o retrato do vereador ao lado de personalidades da associação de São Cristóvão. Nela podem ser encontradas as feições de Roberto Dinamite, Edmundo e Juninho Pernambucano, jogadores reverenciados na história cruzmaltina. Patrícia Amorim prefere uma publicidade mais discreta, com a ordenação das cores rubro-negras destacando os caracteres de seu nome e reforçando o anúncio de seu endereço eletrônico.

Nos casos de Gonçalves e Marcos Braz, os dígitos “95” e as seis estrelas alinhadas sobressaem na propaganda. Ambos, no entanto, aludem às recentes conquistas de Botafogo e Flamengo: enquanto o primeiro acena com uma lembrança ao bicampeonato brasileiro de futebol de 1995, o segundo festeja o hexacampeonato de 2009. Todas essas manifestações, portanto, apontam para uma postura interessada dos representantes em vincular, de forma imagética, suas efígies ao ambiente futebolístico.

Ademais, os símbolos expressos nos folhetos distribuídos, ao formar um conjunto de insígnias identificáveis entre os torcedores e compartilhar um código específico, constituem aquilo que Carneiro da Cunha (1986:100) denomina de marcas diacríticas. Os emblemas distintivos, então, garantem a diferenciação de cada clube no conjunto do universo das instituições esportivas.

“Tijolo Neles”: ex-jogadores e torcedores como cabos eleitorais

Outra característica, conectada à ideia de idolatria - e que pode ser definida como típica dessas intenções eleitorais-, retoma a aproximação dos postulantes a vereador com esportistas e políticos já estabelecidos, cuja reputação emana do ambiente futebolístico. Principalmente para os neófitos, os “patronos” têm a função de pôr em relevo a candidatura e emprestar seu prestígio aos aliados.

Mais lembrado em sua biografia por sua carreira nos gramados do que como Ministro dos Esportes do governo Collor¹, Zico deu apoio à empreitada de Andrade. Juntos, os meio-campistas do Flamengo da década de 1980 posaram abraçados durante o Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito (HPGE), enquanto Zico fazia as seguintes loas: “tenho certeza que, também na política, o Andrade vai ser um verdadeiro campeão”. Em sua conta pessoal na rede social *Facebook*, o “Galinho de Quintino” ainda postou uma foto e a legenda: “meu amigo Andrade sempre vai ter meu apoio. Agora ele trabalha na eleição para vereador e tiramos a foto abaixo no “Engenhão”. Quem quiser acompanhar a campanha dele siga o site...”².

O mesmo expediente foi usado por Marcos Braz, amparado pelo deputado federal Romário (PSB). À época, o tetracampeão galgava bastante sucesso em seu primeiro mandato, sendo elogiado por diversos veículos midiáticos devido ao seu engajamento nos assuntos concernentes à Copa do Mundo no Brasil. O tetracampeão, membro do mesmo partido de Braz, aparecia em diversos cavaletes espalhados pela cidade, estampando a sentença: “o vereador do Romário”.

Contratado junto ao clube russo CSKA Moscou por cerca de R\$ 22,8 milhões durante o mandato presidencial de Patrícia Amorim no Flamengo, o jogador Vagner Love também participaria das eleições municipais. O atleta do time flamenguista apareceu próximo da legisladora no HPGE fazendo um gesto de coração, tradicionalmente utilizado nas comemorações de seus tentos.

Além do auxílio de Romário, o ex-diretor de futebol Marcos Braz contou com os préstimos de Marcelo “Tijolo”, integrante da torcida organizada Raça Rubro-Negra (RRN).

¹ Arthur Antunes Coimbra, o Zico, o maior ídolo do Flamengo, foi alçado ao cargo de Ministro dos Esportes no governo do Presidente Fernando Collor de Mello. Sua passagem pelo posto foi breve, de 1990 a 1992.

² A referência está presente no seguinte endereço eletrônico: <<http://extra.globo.com/esporte/flamengo/zico-encontra-andrade-antes-do-classico-flamengo-vasco-fazcampanha-para-amigo-5834827.html#ixzz2GMunSQnE>>, acesso às 15:31 do dia 28 de dezembro de 2012.

“Tijolo”, que chegou a ser presidente do grupamento, à época trabalhava como vice-presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro. Tentou seguir o mesmo caminho trilhado pelo dirigente flamenguista e concorreu a vereador do município do Rio de Janeiro, em 2008, pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), mas não obteve resultados expressivos. De mais a mais, ganhou notoriedade graças a seus slogans de campanha sempre combativos – “Vacilou, ‘Tijolo’ neles!” – e ligados ao Flamengo – “Rubro-negro vota em rubro-negro”. Naquelas eleições, Marcelo comandou uma equipe de torcedores organizados que ajudou a divulgar o nome de Braz, distribuindo panfletos no Engenhão e no restante da cidade. O recurso, aliás, pode ser observado na maioria dos empreendimentos eleitorais de lideranças ligadas a clubes de futebol.

A aliança entre a RRN e o dirigente citado não esgota a lista de relacionamento e, sobretudo, proximidade desse modelo de associação. Gonçalves (DEM) contou com a ajuda da organizada Botachopp, a terceira maior do clube, e, apesar de desentendimentos recentes, Patrícia Amorim (PMDB) foi auxiliada por uma pequena parcela de membros afiliados à Torcida Jovem do Flamengo (TJF). De forma oficial, a TJF serviu de esteio às pretensões de Amorim nas últimas três eleições legislativas para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O distanciamento das partes se deu em virtude da má avaliação pela organização do mandato da ex-nadadora enquanto presidente do Flamengo no triênio 201-2012.

Diferente de Amorim, Roberto Monteiro expôs, em seu material de campanha, a sustentação eleitoral de presidentes de diversas organizadas do Vasco da Gama. O cartaz intitulado “A arquibancada está com 65123” abre aspas para depoimentos de lideranças da Força Jovem do Vasco (FJV), Associação das Torcidas do Vasco (ASTOVAS) e Rasta, por exemplo:

Roberto é Vasco de raiz. Sempre foi competente e, além disso, sabe liderar. Nós, da FJV, temos um carinho especial por Roberto Monteiro e pedimos a todos os vascaínos que apoiem e peçam voto para 65123 (Bruno FET, presidente da FJV).

Apoiar Roberto Monteiro é apoiar o torcedor de arquibancada apaixonado pelo Vasco. Peço a todos os vascaínos que, para vereador, votem em 65123 (Claudinho, presidente da ASTOVAS).
Conheço Roberto há muito tempo. Ele é de arquibancada como a gente e nunca mudou. Nós, da Rasta, estamos de corpo e alma pela reeleição de Roberto Monteiro (Beto, presidente da Rasta).

No contexto referido pelos torcedores, a *arquibancada* enuncia algo além de um setor do estádio, mas a *proximidade*, espacial e identitária, de Roberto Monteiro e os grupamentos organizados. Por certo, a metáfora propõe uma relação de *vizinhança* entre aquele que se encontra numa posição hierarquicamente superior, o vereador, e os demais integrantes do universo do futebol. Situado nas cadeiras comuns de São Januário, arena do Vasco da Gama, Monteiro ganha um status diferenciado, de um cidadão ordinário, cujo costume se assemelha a “nós” e que, apesar de gozar de uma posição distinta, *é de arquibancada como a gente e nunca mudou*.

Proximidade e distanciamento constituem dois elementos costumazes arrolados no discurso dos candidatos a cargos eletivos, e auferem seus significados no serviço de espaços públicos e na produção de imagens (BARREIRA, 1998). A presença do vereador vascaíno, portanto, visa a equacionar, mediante ato simbólico, um postulado ambíguo, pautado pela diferença imposta durante o ofício da vereança e a necessidade de buscar o reconhecimento de seus eleitores para renovar suas responsabilidades. Este feito, que pretende estabelecer laços de pertencimento, articula os nexos da representação, os quais não se baseiam em pactos individualizados, mas no fato da liderança exercer o poder atribuído consoante as reivindicações de interesses coletivos (BOBBIO, 1986).

Em suma, as transferências de signos, jargões e representações do campo futebolístico para o campo da política refletem uma estética de campanha fixada em conteúdos externos à competição eleitoral, sendo as candidaturas voltadas para o universo esportivo uma reimpressão das lógicas que sobressaem no âmbito do futebol e no pertencimento clubístico. Para tal, as

tarefas que os aspirantes a vereador se dedicam na vida social interferem no modo como elaboram suas imagens e formulam suas biografias.

A importância do curriculum vitae

De fato, os dados biográficos servem como parâmetro para analisar a atuação de parlamentares e postulantes a cargos eletivos. Esses elementos ajudam a esclarecer *como e por que* as lideranças que emergem no jogo político tentam capitalizar para si próprias o papel de porta-vozes de ideias e interesses coletivos. Nesse sentido, o *curriculum vitae* aparece nos relatos dos candidatos como amálgama da “construção” e de sua apresentação diante dos eleitores (BOURDIEU, 1989).

No caso estudado, as carreiras trilhadas fora da política favorecem e autorizam a exposição dos personagens enquanto representantes de causas vinculadas à questão esportiva. Via de regra, os legisladores que procuram essa opção edificaram sua formação como atletas, dirigentes ou torcedores organizados.

Os discursos de Gonçalves e Patrícia Amorim que seguem pronunciados respectivamente em situação de campanha e de exercício legislativo, enfocam a referência ao curso profissional como matriz que dota de sentido a performance das personalidades em voga, ensejando uma forma peculiar de engajamento:

Eu preciso contar com vocês para divulgar esse projeto de esportes, que é o que eu sei fazer, que é a minha “praia”. Eu acho que hoje em dia um candidato para se comprometer com a população ele deve se preparar para isso, não adianta entrar só com a imagem, só com a “carinha” de um ex-jogador de futebol. Como um médico se prepara para exercer a carreira dele com profissionalismo e competência, o político também tem que se preparar. E eu estou a dois anos fazendo duas pós-graduações em gestão esportiva, porque acho importante me preparar, aprender a elaborar projetos, a desenvolvê-los e aplicá-los. Pretendo me juntar a Bebeto (PDT), deputado estadual, e Romário (PSB), deputado federal, para trabalhar em prol do esporte. Pretendo também propor uma discussão sobre o modelo de esporte que é desenvolvido na cidade, já que nós vamos sediar uma Copa do Mundo e uma Olimpíada no futuro (...) – Gonçalves (DEM).

Do mesmo modo, Patrícia Amorim, em relato à TV Câmara,³ explicitou o nexo entre o desempenho de suas atividades legislativas e seu passado de esportista:

Eu sempre quis muito ser vereadora, é onde começa um histórico político. Assim como na minha vida de atleta - eu comecei sendo campeã estadual, campeã brasileira, campeã sul-americana -, senti que era importante começar do início. E o início seria propor a possibilidade de uma pessoa com uma boa imagem, com credibilidade, para somar aos quadros políticos que já existiam (...). Minha história de vida me fez ter essa paixão pela minha cidade, pelo clube que representava, pelo meu país e essa mesma paixão eu pretendo trazer para o campo político. E espero ter tantas vitórias como no campo esportivo (...). Meu trabalho sempre foi direcionado, principalmente, para as causas esportivas, para o fomento da atividade física, com o trabalho junto ao conselho regional de educação física, a melhor qualidade de vida da população. Isso significa um investimento de políticas públicas nesse setor (...). Todos os assuntos me interessam, eu tenho essa particularidade, de estudá-los todos, mas como ao longo dos últimos anos ficou muito evidente o interesse do Rio de Janeiro em sediar determinadas competições internacionais como o torneio Pan-Americano, a possibilidade de ter uma Olimpíada e uma Copa do Mundo, por uma questão de afinidade e até de entendimento com essas situações, sempre sou chamada para discutir, sempre sou apontada como uma referência nesses assuntos – Patrícia Amorim (PSDB, à época)⁴.

As duas falas selecionadas denunciam muito daquilo que já foi exposto neste trabalho. No primeiro momento, Gonçalves acredita que o passado de jogador de futebol poderia credenciá-lo junto aos eleitores para a eleição como vereador. Entretanto, declara que somente essa figura não seria suficiente para o trabalho legislativo e que, por isso, tentou se preparar para o cargo, especializando-se em cursos de gestão esportiva. Dessa maneira, é importante reter o *distanciamento*, em seu discurso, das arenas eleitoral e parlamentar, cujas lógicas operam de formas diferentes.

No ponto de vista de Patrícia Amorim, sua história de sucesso na natação também lhe confere uma “boa imagem” e um sentimento mais “apaixonado” pela política institucional da cidade. Em ambos, a proximidade dos grandes eventos esportivos desperta a atenção dos ex-atletas para uma discussão em torno do modelo de estruturação da prática esportiva na cidade do

³ Ver site < http://www.camara.rj.gov.br/riotv_verprog.php?cvd=48>, acesso em 14 de janeiro de 2013, às 15:53 horas.

⁴ Patrícia Amorim trocou de partido e seguiu para o PMDB, às vésperas das eleições de 2012.

Rio de Janeiro. Para além da “afinidade” e do “entendimento” da matéria, as lideranças reforçam a necessidade de um debate sobre a conjuntura que se fez mais evidente nos últimos anos.

Gonçalves, ainda, realça a união de outros legisladores, em nível federal e estadual, para a gestão do objeto. A dupla de ataque do tetracampeonato da Copa do Mundo de 1994, Bebeto e Romário, deputados vitoriosos e com passado de futebolistas, deveriam capitanear esse tipo questão. Nota-se, nesse momento, o fomento de uma aliança suprapartidária, dado que os três personagens, em função de suas filiações a legendas distintas, ocupam posições diversas no espectro político. Como se pode observar, o universo futebolístico, por conseguinte, não estimula tão somente o consórcio entre representantes e representados, mas, sobretudo, entre os governantes.

2. Candidatos e torcidas organizadas

A frequente interação de políticos, membros ou não da chamada bancada da bola, com torcidas organizadas justifica a apresentação de uma seção dedicado ao tema. Como foi dito na seção anterior, o papel dos torcedores consiste na mediação de um vínculo entre os parlamentares e a população em geral. Somado ao fato, as diminutas considerações em estudos acadêmicos sobre esse tipo de intercâmbio motivam um tratamento particularizado do tópico.

Via de regra, a multiplicação de exames a respeito do comportamento das torcidas organizadas decorre da publicização da conduta violenta das diversas facções torcedoras, nos anos 1980 e 1990, por parte dos veículos de comunicação. A cobertura midiática, reiteradas vezes, condenava a postura beligerante dos grupamentos, supostamente fundados com o objetivo único de praticar atos transgressores. Nos programas televisivos e na imprensa escrita,

principalmente, irrompiam discursos normativos, pautados no “vandalismo”, “agressividade” e “delinquência” dos códigos de sociabilidade desses torcedores.

Portanto, na esteira das representações, um tanto reducionistas, provenientes das principais manchetes jornalísticas, uma série de trabalhos apareceram no âmbito das ciências humanas com o objetivo de matizar as reflexões sugeridas. Normalmente, as pesquisas demonstram que a violência e o conflito, embora sejam dimensões constitutivas da composição identitária das torcidas organizadas, não funcionam como elementos essenciais ou mesmo definidores dos grupamentos (HOLANDA, 2010; TEIXEIRA, 1996; TOLEDO, 1996).

Não obstante, as obras que se sucederam abordam outros aspectos além das violações costumeiras. As concepções estéticas, os cantos, as viagens, os nexos de ritualização e a postura dos aficionados em relação aos demais personagens do universo do futebol pautaram o esforço intelectual daqueles que pretendiam delinear traços mais amenos àquilo que se diagnosticava como uma aberração.

O antropólogo Luiz Henrique de Toledo, em *Torcidas Organizadas de Futebol* (1996), chegou a “discutir algumas das estratégias e interesses políticos expressos pelos grupos que compõem o futebol profissional”. Além do posicionamento de dirigentes de clubes e da Federação Paulista de Futebol (FPF), cronistas e personalidades públicas; analisou, de sobrevoos, as perspectivas de torcedores no que tange à dinâmica político-partidária. Ao fazê-lo concluiu que, diverso dos hooligans europeus⁵, constata-se:

(...) a ausência de ideologias ou ações políticas mais explícitas em torno da maioria das práticas dos torcedores (organizados ou comuns). Salvo alguma opinião esparsa, eventuais adesões em campanhas de determinados políticos, ou ainda a participação individual, mas também, em alguns casos, coletiva nos movimentos mais abrangentes, tais como ocorreu nas Diretas Já, Movimento pró-impeachment em 1992, as representações políticas desses torcedores se enquadram, de modo geral, dentro de um ideário popular mais amplo. Sob este aspecto, mesmo quando criticam os políticos não estão negando o sistema ou se contrapondo ao Estado ou a qualquer ordem instituída (TOLEDO, 1996:123).

⁵ A vinculação de torcedores europeus com partidos e ideologias políticas pode ser vista em Foer (2005).

Em linhas gerais, o assunto desta seção não oferece nenhum grande contraponto ao postulado de Toledo. Todavia, examina-se mais detidamente as adesões, hoje corriqueiras, de torcedores com parlamentares no Rio de Janeiro, a partir dos discursos de lideranças das cinco principais torcidas organizadas da cidade. Como será demonstrado em seguida, mais do que um eventual apoio oficioso das associações, legisladores e candidatos à Câmara Municipal contam com um suporte institucionalizado desses grupamentos.

Evidências da interação de políticos com torcedores organizados

Em 2012, as maiores torcidas jovens do estado estimavam um quadro de cerca de 60 mil integrantes, no caso da Raça Rubro-Negra (RRN)⁶, e 50 mil associados, da Força Jovem do Vasco (FJV)⁷. Em verdade, se cotejados com o número de participantes efetivos, os dígitos avaliados despencam sobremaneira. A transitoriedade, outro elemento característico desse tipo de sociabilidade, também atrapalha no cômputo das dimensões reais dessas comunidades. De acordo com a perspectiva de um assessor de Roberto Monteiro (PCdoB)⁸, a frequência e o engajamento salteado dos componentes da FJV foram um dos maiores empecilhos para a divulgação da campanha do vereador, já que o compromisso cambiável refletia na disposição da base de dados do gabinete – que o funcionário confessou estar “desatualizada”.

Como foi dito anteriormente, esses grupamentos utilizam subdivisões relativas a bairros, municípios, estados e, até mesmo, países para organizar seus membros. Geralmente, as segmentações mantêm um líder, uma espécie de mediador entre a diretoria e seus demais compartes locais. Apesar da congruência de propósitos, essas subdivisões explicitam diferentes denominações, concernentes, cada qual, a uma torcida específica. Para citar somente as

⁶ Dados retirados do site oficial da RRN: <<http://www.racarubronegra.com.br/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2013, às 15h03 m.

⁷ Fonte: <<http://www.forcajovem.com.br/site/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2013, às 15h03m.

⁸ Entrevista concedida em 11 de abril de 2011.

instituições com maior contingente, cumpre assinalar que o termo *pelotão* indica a organização regional dos membros da RRN, *família* da FJV, *núcleo* da Torcida Young Flu (TYF) e *canil* da Fúria Jovem do Botafogo (FJB).

Cabe realçar que todas as seções apresentam um ordenamento numérico compatível com uma determinada área. Por exemplo, para a TYF, o 4o núcleo corresponde aos torcedores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro; na RRN, o bairro da Tijuca representa o 5o pelotão; os filiados paulistas são chamados de 23a família na FJV; e o 57o canil faz referência aos alagoanos da FJB. O resultado imediato do arranjo se manifesta nos próprios torcedores, os quais recebem apelidos atinentes a sua região de origem. Portanto, alcunhas como as de Marquinhos da Zona Norte e João de Marechal⁹ pululam entre os integrantes.

A distribuição das sedes afirma, dessa maneira, um apanágio dessas associações: a heterogeneidade de sua composição social. Segundo Maurício Murad (1996), os torcedores organizados, embora se concentrem na faixa etária dos 14 aos 25 anos, provêm de “todas as classes sociais, de todas as faixas de renda, de escolaridade, de profissionalização, de idade, informação” (MURAD, 1996:115).

Pois é justamente a diversidade da morfologia social das instituições que atrai a atenção de políticos e candidatos - visitantes assíduos de sedes, partidas de futebol e comemorações dos torcedores. Sobre o assunto, as palavras de uma liderança da FJV são modelares¹⁰:

Sabe como é, temos torcedores em qualquer lugar do mundo. Portanto, podemos fazer comitês em áreas diferentes da cidade. Para você ter uma ideia, quando entrei para a FJV, encontrei pessoas de todos os ramos da sociedade, desde aqueles que não sabiam o que iam jantar à noite até filhos de juízes, aqueles adolescentes rebeldes. Na FJV tem gente de todo tipo, de cada ponta da sociedade, com profissões e visões de mundo variadas. Se você disser: ‘quero falar com o governador!’, alguém vai arrumar essa entrevista. Temos um leque de conhecimentos na torcida, isso é muito rico, esse choque de culturas, essa pluralidade. A gente ajuda dessa forma, pulverizando os votos, abrindo novas frentes (para os candidatos) nos bairros, nas ruas.

⁹ No caso, Marechal faz referência ao bairro de Marechal Deodoro, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ A entrevista me foi concedida no dia 4 de outubro de 2011.

A possibilidade de “pulverizar” os votos, ou seja, de arregimentar potenciais eleitores em múltiplas regiões da cidade, consiste muito mais em uma estratégia de exceção do que numa prática usual dos concorrentes a cargos eletivos. De fato, a maioria dos candidatos emprega seus esforços em uma ou duas áreas do centro urbano e, conseqüentemente, obtém suas bases eleitorais desses lugares. Somente uma parcela minoritária dos vereadores opta por uma tática de atuação eleitoral apoiada em padrões de votação difusa.

No entanto, para aqueles que adotam o último expediente, o intermédio de instituições, como ponte de entrada em diversas localidades, se torna fundamental. Grosso modo, o controle político de certos redutos inibe a incursão de vereadores concorrentes nas áreas de influência consolidada, em função do alto custo necessário para romper a proteção erigida. A procura das torcidas organizadas por pleiteantes a cargos legislativo constitui, por conseguinte, uma forma de superar os obstáculos impostos à representação em redutos de ingerência de uma liderança principal. Um candidato assim narrou a aproximação com a FJB:

Eu já tinha um contato com a FJB e eles me levaram lá na sede. Fui e dei uma ‘palavra’. Os torcedores iam à reunião me conhecer e tinha gente do lado de fora distribuindo ‘santinho’. Fora isso, tive acesso à mala direta deles, com o nome, o número de telefone e o endereço dos integrantes. Assim, eu mandava meu material com brindes e camisas e pedia votos. A maioria dos que frequentavam as reuniões eram botafoguenses, gente amiga, sabe? Tive também a oportunidade de estabelecer diretórios informais em quatro subsedes, localizadas em regiões diferentes da cidade.

Logo, a relação com as torcidas organizadas se revela proveitosa em dois momentos: no acondicionamento da estratégia eleitoral e no desempenho da atividade parlamentar. Na primeira, a interface possibilita o estabelecimento de vínculos com a comunidade e a ampliação de suas bases eleitorais, necessárias ao sucesso das candidaturas nos pleitos. Quanto ao mandato, os canais de comunicação abertos proporcionam aos legisladores uma inserção mais abrangente em diferentes zonas da cidade, onde podem coletar reivindicações de diversas ordens e tomar conhecimento dos problemas concernentes a essas áreas.

Não à toa, o investimento nesse tipo de interação é bastante comum. Geralmente, os vereadores entregam o material de campanha e pagam os torcedores para distribuírem suas peças. Em contrapartida, ganham com a publicização de sua empreitada e de seus projetos ao delegar-lhes a tarefa de cabos-eleitorais, bem como usufruem das sedes e subsedes das organizadas e da mediação dos associados nos bairros.

A distribuição de “santinhos”, broches e toda sorte de brindes ocorre em eventos públicos, ligados à temática do futebol. Dos jogos oficiais, festas e churrascos das torcidas, os integrantes cumprem as obrigações estipuladas em comum acordo. Quando a ligação com os eleitores acontece em espaços privados, caso de reuniões em condomínios, os candidatos assumem também os gastos com a comida e a bebida consumida.

Trocas entre as partes: a percepção de um poder social relativo

A compreensão das práticas articuladoras de identidades particulares, indispensáveis àquele cujo desígnio reside na representação de um grupo social determinado, inspira modos de atuação parlamentar voltados para a obtenção de benesses, conectadas geralmente ao sistema de relevâncias próprio aos segmentos em destaque. De outro modo, ao assumir o papel de lideranças clubísticas, políticos e candidatos, quando em contato com as torcidas organizadas, buscam oferecer incentivos vinculados às visões de mundo, aos códigos comportamentais e aos valores atribuídos a essas instituições:

Da mesma forma que os políticos obtêm vantagens com a nossa militância, a torcida tenta angariar algum benefício. Sempre que eles se aproximam da gente prometem o financiamento dos nossos churrascos, das nossas viagens ou oferecem ingressos para as partidas do clube. De vez em quando, também procuramos eles para pedir alguma ajuda pontual como, por exemplo, o investimento numa obra da sede da torcida. Aliás, o maior ganho que tivemos foi o da nossa sede social, em São Cristóvão. A sede da TJJ também foi assim, um candidato que fez essa mediação (membro da FJV).

Nota-se, portanto, que os investimentos dos legisladores nas torcidas giram em torno de atividades valorizadas pelos componentes, dados os padrões de sociabilidade estabelecidos. Expressão maior desse tipo de mediação, a ajuda na aquisição de uma sede própria para a FJV, por exemplo, renderia ao então deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB) importantes dividendos políticos no ano de 2002. Conforme expresso em um boletim sobre a campanha eleitoral daquele ano, a FJV garantia o apoio à sua empreitada legislativa, de Sérgio Cabral (PMDB) e Bernardo Ariston (PMDB), que, supostamente, contribuíram para a inauguração do novo edifício¹¹:

Presidente Marcelo Zona Sul: É com grande alegria que podemos dar mais esse orgulho aos nossos componentes, que sempre acreditaram no potencial da torcida e nas pessoas que tornaram esse sonho realidade. Esse é o começo de um longo caminho de vitórias da maior torcida organizada do Brasil. Parabéns Força Jovem. Agora temos que nos fortalecer ainda mais. É preciso eleger nossos candidatos nestas eleições, os vascaínos e amigos da FJV, Edmilson Valentim, Sérgio Cabral e Bernardo Ariston.

Avelino da 2a Família: A Sede própria será muito boa para a Força. Estamos confiantes num crescimento maior ainda da Torcida. Com a eleição de Edmilson, Ariston e Sérgio Cabral, ficará mais fácil alcançarmos esse objetivo.

O patrocínio de churrascos, viagens, ofertas de ingressos e sedes, promovidos pelos candidatos, expõe uma maneira de aproximação de representantes com os representados. Além desses, outros recursos podem, ocasionalmente, fazer parte da interação anunciada. Porém, não somente as doações às torcidas organizadas aparecem na lógica das trocas entre representantes e representados. Normalmente, a dedicação aos clubes aos quais essas instituições estão vinculadas suscita frequentes menções honrosas dos torcedores. A lembrança de um integrante da FJV do mandato de um radialista vascaíno, Áureo Ameno, eleito vereador da cidade em 1996 pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), externa essas considerações:

11 Fonte:< <http://torcidasdovasco.blogspot.com.br/2011/04/forca-jovem-2002-eleicoes-no-estado-do.html>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013, às 16h47m.

Lembro que o Áureo Ameno criou o bairro Vasco da Gama, fazendo todo o novo plano da região. Assim, o bairro de São Cristóvão foi desmembrado e dividido em duas partes. Ele também nomeou as ruas próximas ao estádio de São Januário com figuras importantes da história do clube. Eu não vou muito nessa de torcida organizada não, sabe? Sou amigo deles e tal, mas para por aí.

Aliás, as homenagens às instituições esportivas, em formato de lei, são comuns na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Todos os quatro grandes clubes contam com tal honraria, que reverencia datas importantes e ídolos do imaginário das agremiações. Perguntado acerca do porquê da iniciativa, Roberto Monteiro, numa audiência à TV Força, canal midiático da FJV, relatou¹²:

A homenagem a um clube centenário, justamente na semana de seu aniversário, acho que é, sem sombra de dúvidas, um dever da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E eu, obviamente como vascaíno, fico muito contente por ajudar a fazer essa lei, a dar minha contribuição. Isso porque tenho minhas raízes ligadas ao Vasco, passando também pela FJV (...). O Vasco significa muito para mim, por conta da paixão, da emoção.

No entendimento de Roberto Monteiro, portanto, a prestação de homenagens à história centenária do Vasco da Gama na Câmara Municipal não é um aspecto gratuito de sua atuação legislativa, mas um *dever* de seu mandato. O caráter de obrigação pode ser interpretado de duas maneiras: de forma manifesta e/ou oculta. No primeiro caso, Monteiro assegura que suas raízes ligadas ao Vasco servem de combustível para a formulação da lei, compreendida como uma justa reparação do Rio de Janeiro ao clube de São Cristóvão, devido ao papel que este desenvolveu no enfrentamento de questões sociais e políticas na antiga capital. Ademais, o simples fato de se manifestar vascaíno o impele a contribuir para o engrandecimento da instituição, responsabilidade supostamente pautaria a conduta ideal dos torcedores.

O que se oculta na fala é o caráter de contraprestação da medida. Melhor dizendo, Roberto Monteiro contou com o apoio de várias torcidas da agremiação de ascendência portuguesa para se eleger e, face sua posição de destaque, materializada no cargo de vereador,

12 O discurso de Roberto <<http://www.youtube.com/watch?v=9cTkIVeOkbQ>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013, às 15h56 m.

retribuiu o auxílio prestado com projetos e ações que beneficiam seus representados. Nem livres, nem desinteressadas e tampouco automáticas. A dinâmica das trocas de líderes e liderados também apresenta sinais evidentes de fissura, compatíveis com as linhas que se seguem.

Torcedores “escaldados” e a “volta” nos políticos: quando ocorre a ruptura

Ainda que possuam interesse pela política institucional e firmem pactos de interesse mútuo com os vereadores, via de regra, os torcedores organizados, mediante discursos e comportamentos corriqueiros, atribuem imagens negativas aos chamados “políticos profissionais”. A atitude, em verdade, não difere muito de outros segmentos da população. Análises de cobertura midiática referente a parlamentares, pesquisas de opinião e trabalhos acadêmicos com certa frequência corroboram o ceticismo dos eleitores com seus representantes. No Rio de Janeiro, em particular, esse contorno de desprezo se materializa na metáfora conferida à Câmara Municipal: a “Gaiola de Ouro”. O vocábulo, inicialmente relacionado ao montante de dinheiro investido na construção do Palácio Pedro Ernesto, com o passar dos anos entrou para o léxico do povo carioca associado a atividades espúrias, supostamente praticadas por aqueles que ali desempenham suas funções. Por conseguinte, o descontentamento com as condutas atribuídas a políticos - quais sejam, a corrupção, a imoralidade, as mordomias e manipulações - figuram nas falas de lideranças de todas as torcidas organizadas:

Todo mundo sabe que, na verdade, os políticos são todos uns ladrões. Nunca fazem nada para o povo, só querem saber de roubar. Ganham salários altíssimos, contam com ‘milhares de assessores’, pra quê? O que fazem para a gente mesmo é muito pouco. E ainda tem aqueles sujeitos que só governam para um ‘curral eleitoral’ específico. Eu acho que todos os políticos deveriam legislar sem fronteiras. Sou contra esses ‘votos de curral’ brabos, pra mim isso é totalmente errado, o parlamentar não conhece a complexidade da cidade do Rio de Janeiro. (...) Lembro que, em 1994, o Eurico Miranda não se dava muito bem com boa parte da FJV, mas alguns, como eu, o apoiaram nas eleições para deputado federal¹³. Muitos pensavam assim: ‘se todo político

13 À época, Eurico Miranda, candidato pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), foi eleito com cerca de 86 mil votos. Fonte: TSE.

é ladrão, por que não votar no Eurico? Pelo menos ele rouba para o Vasco' (integrante da FJV).

No relato, há de se observar o caráter de protesto cominado no voto do integrante da FJV. Admitindo a hipótese de que os legisladores habitualmente praticam atividades ilícitas, nada mais justo, segundo o votante, que seu sufrágio fosse destinado à candidatura de Eurico Miranda, pretendo representante dos interesses do Vasco na Câmara dos Deputados. Mais uma vez, portanto, para além da generalização de uma postura desviante, pode-se verificar a posição dos eleitores em relação aos políticos: se Eurico é um parlamentar eleito por conta da ligação com o clube de São Januário e, acrescentado a tal, a premissa de que os parlamentares “roubam”, Eurico deve “roubar” para o Vasco.

Também é importante realçar o julgamento dos comportamentos aceitáveis ou não na interface dos torcedores com os políticos. “Politicalha” e “baixo nível político” representam a ligação de vereadores com áreas restritas da cidade, os currais eleitorais, como, por exemplo, “o umbigo da Rocinha”. A ideia do mandato utópico reside numa mediação universalista, ou sem fronteiras, e se ajusta, por conseguinte, ao estatuto organizacional das torcidas, com subdeses espalhadas pelas diferentes zonas do Rio de Janeiro.

Em outros episódios, a indignação com os políticos profissionais enseja não um afastamento das torcidas frente à política, mas um engajamento mais profundo de seus membros:

Cansamos desses vereadores que veem até nós somente em época de eleição. Pensando bem, o apoio deles às nossas causas é muito pontual e, quase sempre fica restrito aos momentos em que eles precisam de votos. Também não compactuamos com essas roubaheiras que eles vivem fazendo. Este ano (2012), vamos assumir uma estratégia mais ‘apartidária’ e lançaremos um candidato próprio, o Professor Renato, membro da TYF. Esse é amigo nosso, sabe o que queremos, vai lutar mais pela gente (liderança da TYF).

O caso do Professor Renato reforça a desconfiança em relação a organizações destinadas a promover a conexão entre governantes e governados. Na fala de uma liderança da TYF, as agremiações partidárias e seus membros são postos em xeque na medida em que podem ser

considerados alicerces do sistema representativo. Com efeito, o que chama atenção na declaração é a lógica dual manifesta no discurso. A dinâmica episódica, distante e “poluente” das tessituras do evento político-partidário e o amálgama da sociabilidade torcedora, cotidiana, interna, capaz de traduzir os anseios da organização. Daí a solução para o ocaso representativo que passava a instituição: conferir a um integrante da TYF, versado nos códigos comportamentais e nas reivindicações características da torcida - não contaminado pelos vícios do jogo político -, um papel de liderança na Câmara Municipal. Ao invés de corporações externas e de seus signatários, optam pela tangibilidade dos laços sociais desenvolvidos no bojo de uma interação perene, recriada a partir das ritualizações derivadas do convívio dos torcedores, das partidas de futebol, dos festejos e das reuniões do dia a dia.

Por fim, a suspeição das intenções dos políticos profissionais, ocasionalmente, empossa e valida posturas disruptivas de parte dos grupamentos:

Os políticos, principalmente às vésperas das eleições, estão sempre nos ajudando em alguma coisa. Também tem aqueles que chegam de ‘paraquedas’ na torcida, pagando churrasco, dando ingressos. Mas hoje estamos muito ‘escaldados’ com esses caras. Uns chegam, gastam dinheiro e não sai nada, não ganham nenhum apoio. A torcida não engole e o sujeito “toma uma volta”. A gente não firma compromisso (integrante da RRN).

Conquanto exista de fato uma assimetria constitutiva neste tipo de relação, as manobras dos representados, os espaços de atuação pelos quais circulam, demonstram uma dinâmica que não é de todo verticalizada. A ruptura das expectativas características desse intercâmbio fornece, portanto, o exemplo mais claro da autonomia parcial que guia os eleitores. A mediação de caráter material, objetivada em regulações e transferências de recursos, bem como no investimento extraparlamentar dos vereadores, integra uma estratégia racional de construção de afinidades simbólicas com suas bases eleitorais. Ademais, à necessidade de atendimento de reivindicações particularistas corresponde uma compreensão sobre as obrigações do exercício do mandato e um cálculo baseado na disputa política. A crença que um bom trabalho em plenário não garante a

reeleição e o receio de que o distanciamento das bases abra espaço para o desempenho de adversários reforçam a natureza desse diagnóstico.

Para tal, assinala-se que a interação entre parlamentares, ou candidatos, e os torcedores organizados se estrutura de acordo com um nexos semelhante à lógica da dádiva, encetada por Marcel Mauss (1974). Segundo o autor, as relações dadivosas, compreendidas pela estrutura ternária dar-receber-retribuir, produzem um circuito contínuo, operando como fatos sociais totais. Isto é, a dinâmica das trocas instituídas por indivíduos se distingue pela multiplicidade de aspectos da vida cotidiana, que operam de forma concomitante, sem uma hierarquização definida de qualquer nível do social. Não sendo, pois, redutíveis a uma causa uniforme, a somente uma dimensão da permuta.

Cumprido, ainda, reforçar a assimetria dos agentes que polarizam o intercâmbio: representantes e representados não pertencem a categorias sociais homogêneas. Assim sendo, os políticos possuem um status diferenciado, baseado na capacidade de obtenção de recursos públicos e privados e no atendimento das solicitações de seu público-alvo. A importância da assistência decorre precisamente da construção ou manutenção desse status, haja vista que a prática se configura como um meio de se obter votos ou apoio. O dom ofertado, todavia, precisa estar ligado ao sistema de códigos e valores comuns que regem a sociabilidade de determinado segmento para engendrar um sentimento de reciprocidade. O financiamento dos rituais de comensalidade, o patrocínio de atividades valorizadas - como festas e viagens - e o envolvimento de legisladores para a obtenção das sedes próprias das torcidas organizadas descortinam esses supostos.

O exame pormenorizado do intervalo entre o dom e o contradom, ou seja, entre o ato de dar e o de retribuir, enunciado ao longo da seção, revela algumas particularidades da barganha

em voga. Primeiro porque refuta certa dose de automatismo na resposta dos representados, dado que o circuito das dádivas não é ininterrupto, mas sujeito a rupturas. Em seguida, pode-se concluir que, além de não ser um mero toma-lá-dá-cá, o fator material figura como mais um componente da relação, sem determinar, de fato, o sucesso ou fracasso final do evento. Nessa direção, há de se focar a dimensão sociológica do termo, levando em consideração que segmentos do eleitorado aparecem no centro de disputas simbólicas - de poder e prestígio - de diferentes vereadores. E que esses critérios afetam sobremaneira a opção de retribuir ou não os bens auferidos. Por certo, a “volta” que a RRN deu em uma liderança municipal, motivada pela imagem negativa impetrada pelo grupamento aos “políticos profissionais”, ajuda a mapear o rastro das possíveis incertezas inerentes ao fato.

Derivado desse raciocínio sobressai o entendimento de que para os torcedores organizados, somado ao cálculo político-eleitoral, existem outros componentes, erigidos na sociabilidade cotidiana, que servem de parâmetro na hora de avaliar o compromisso com os parlamentares. Por vezes, as relações de amizade e compadrio, ao contrário de vínculos puramente partidários, inferem na contrapartida oferecida pelos eleitores, aumentando as chances de êxito na edificação de um acordo entre as partes.

Se o prestígio do legislador for conceituado positivamente e houver um sentimento de inclusão dos representados, ocorre uma restituição material e simbólica ao investimento dos representantes. O apoio oficial, o estatuto de cabos-eleitorais e os votos dos integrantes assumem a função de uma espécie de moeda de troca, ou melhor, de um capital simbólico relativo a seu status. Revelam, aliás, o conteúdo moral da ação, fundado na noção de obrigatoriedade da compensação dos préstimos despendidos.

Pode-se, portanto, concluir que a interação referida abaliza uma relação de dependências mútuas, no qual cada um dos lados é detentor de um poder social complementar. Justamente essa configuração de complementariedade permite aos eleitores certa autonomia e liberdade de manobra no momento da escolha de suas lideranças. Logo, para além de um discurso reducionista pautado nas ideias de “manipulação”, “cooptação” e “esvaziamento do comportamento político”, adota-se como parâmetro a lógica de uma identificação bem compreendida pelos torcedores, ensejando procedimentos ajustados às concepções de pertencimento e reciprocidade junto aos parlamentares.

Considerações finais

O campo da política institucional se reveste de costumes e convenções da vida social e se ajusta às circunstâncias e às peculiaridades das conjunturas observadas, fundamentando matérias do cotidiano dos indivíduos. O conteúdo dos programas desenvolvidos, os canais de comunicação utilizados e o investimento na construção de símbolos e na aproximação com o eleitorado revelam os contornos de códigos morais, relações pessoais e valores que perpassam universos distintos.

Com efeito, o investimento de candidatos nessa aproximação foi o assunto deste trabalho. De acordo com as evidências supracitadas, o modelo de representação apresentado escapa das percepções mais tradicionalistas do jogo político, que atribuem a organização da atividade parlamentar a grupos organizados com base em ideologias, afinidades profissionais ou de classe. Nos moldes expostos, portanto, a trajetória de vida ligada de certa maneira ao esporte, em especial ao futebol, articulada com o imaginário clubístico, é capaz de legitimar pretensões de aspirantes a cargos parlamentares. Aqui, o pertencimento clubístico e a militância em torno de

causas esportivas exercem um papel decisivo para conquistar os votos e o apoio de um eleitorado-alvo específico. Ademais, fundamentam iniciativas numa tríade composta por votações de caráter esparso, atuação legislativa universalista e adesão e engajamento de torcedores organizados.

Estes, por seu turno, são procurados pelos vereadores em virtude da consideração da quantidade de potenciais votantes em cada instituição e da estrutura organizacional fragmentada, disposta em subsedes que seguem o contorno das diferentes áreas da cidade. Embora superestimados, os números relativos aos números de integrantes impressionam e atraem a atenção dos candidatos, usuários do cadastro e dos serviços de mala direta concernentes a seu arcabouço administrativo. Em paralelo, a dispersão dos torcedores propicia a interação dos políticos com cidadãos de distantes classes sociais, com padrões de renda, socialização e visões de mundo dessemelhantes.

A interação entre representantes e representados torna-se estável à medida que se edifica uma noção de pertencimento mútuo. Para tal, as lideranças em campanha e no decorrer do mandato oferecem bens e serviços ajustados ao estilo de vida dos torcedores organizados. O patrocínio de churrascos, viagens, ingressos e a consecução de sedes próprias constituem a principal moeda de troca dos governantes. De outro lado, o suporte dos empreendimentos parlamentares fixa a natureza de um intercâmbio em que cada parte possui um poder social relativo. Justamente em função dessa dinâmica, vereadores e torcedores desfrutam de uma autonomia parcial na interface em questão.

Terminando, essa autonomia particular sugere o afastamento de automatismos e concepções normativas do exercício da representação. Diagnósticos correntes como a “compra de votos” e o “esvaziamento da política” são deixados de lado diante da constatação reforçada de

uma possibilidade de ruptura nas trocas sugeridas. Do mesmo modo que o mercado das dádivas estipulado por Mauss (1974), a permuta apresentada não se reduz a aspectos puramente materiais, mas, também, à mobilização de recursos simbólicos, traduzidos nas noções de identidade, poder e prestígio.

Referências

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Paz e Terra: Rio de Janeiro (1986).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível*. Antropologia do Brasil. São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom à Profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1995.

HOLANDA, Bernardo Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974

MURAD, Maurício. *Dos pés à cabeça: elementos básicos de sociologia do futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

PALMEIRA, M. e BARREIRA C. *Política no Brasil – Relume Dumará*. 2006

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas*. São Paulo: Annablume, 2004.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas, Autores Associados/Anpocs, 1996.

VAZ, Alexandre Fernandez. *Teorias críticas do esporte: origens, polêmicas, atualidade*. In: *Revista Esporte e Sociedade*, 2006.